

ARGENTINA

Os banqueiros dão mais 45 dias de prazo

Bancos internacionais concederam à Argentina uma prorrogação de 45 dias para concretizar o refinanciamento da dívida externa de US\$ 10 bilhões relativa a 30 empresas estatais e privadas.

Paralelamente, o Banco Central da República Argentina solicitou aos bancos credores tratamento similar ao pretendido pelo Brasil para o pagamento da dívida externa que vencerá em 1984.

O prazo concedido por 12 bancos internacionais vai vigorar do dia 15 deste mês até o dia 30 de novembro, quando os trâmites da renegociação deverão estar encerrados. Assim, as futuras decisões sobre a renegociação deverão, virtualmente, ser adotadas pelo novo governo que surgir das eleições de 30 de outubro.

Uma fonte do Ministério da Economia assinalou ao **Jornal da Tarde** e a **O Estado** que, se até aquela data "o colégio eleitoral não tiver ainda escolhido o presidente, os dois partidos majoritários, o Radical e o Peronista, deverão solicitar uma nova prorrogação do vencimento".

A esse propósito, uma alta fonte peronista afirmou que economistas de seu partido e do radicalismo têm estado conversando com os representantes dos bancos internacionais em Buenos Aires.

A solicitação aos bancos credores de um tratamento similar, para a dívida externa a vencer no ano que vem, ao que vem sendo nego-

ciado pelo Brasil refere-se basicamente a uma baixa de meio ponto anual da sobretaxa a aplicar para o refinanciamento, e a concessão de um prazo de amortização do capital de nove anos com cinco de carência. Os bancos internacionais aceitaram, em princípio, a solicitação, mas a sujeitaram "ao programa de refinanciamento a ser apresentado pelo próximo governo", comentou o diário **Clarín**.

O governo militar pediu ainda que sejam liberados este mês os primeiros US\$ 500 milhões correspondentes à primeira parcela do crédito de US\$ 1,5 bilhão concedido recentemente por um grupo de 200 bancos norte-americanos e ingleses.

Uma parte dos banqueiros se opõe a liberar esse crédito, pois prefere esperar as decisões do novo governo em matéria de dívida externa. O governo argentino necessita desses US\$ 500 milhões para pagar US\$ 300 milhões referentes à última parcela do crédito-ponte de US\$ 1,1 bilhão concedido em dezembro de 1982. O prazo para esse pagamento venceu há um mês.

Segundo observou o **Wall Street Journal**, de Nova York, "é improvável que os bancos desembolsem seus empréstimos se o Fundo Monetário Internacional não conceder novos recursos" à Argentina. Uma fonte financeira citada por esse jornal disse que os credores "não vão fazer por esse país mais do que fizeram pelo Brasil".

Os bancos, culpados pela radicalização?

"Até agora, o maior risco da crise gerada pela dívida externa não vem, paradoxalmente, de uma radicalização por parte dos países latino-americanos endividados, mas de numerosos bancos que não estão dispostos a cooperar (especialmente na Europa, ao que parece) e dos parlamentares dos Estados Unidos, obcecados em evitar a transferência do problema dos bancos para os governos.

Esta é a opinião de William R. Cline, do Instituto Internacional de Economia, de Washington, expressa em artigo publicado ontem pelo **Financial Times**. A crise, diz Cline, foi precipitada pelos desarranjos da economia mundial (a explosão dos preços do petróleo a partir de 1973, as taxas reais de

juros ultrapassando todas as médias históricas, e a queda geral nas exportações). E, para que o sistema financeiro se afaste do abismo que é a crise da dívida externa do Terceiro Mundo, adverte Cline, será preciso que os países ricos registrem, entre 1984 e 86, um crescimento anual de 3%.

No momento, por outro lado, diz o **Financial Times**, os principais países devedores — Brasil, México e Argentina — mostram substanciais melhorias e, apesar dos problemas, "têm cooperado até agora. Mas, para muitos devedores, cresceu o incentivo estrutural para o não-cumprimento dos pagamentos, uma vez que o volume de recursos exigido para o pagamento dos juros supera o ingresso de capitais".